



Anais da Assembléia

Nº 14

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 1975

ANO I

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Accioly Neto

Vice: Waldenício Barbalho

Membros Efetivos:

ARENA — Fabiano Braga Cortes, Accioly Neto, Dácio Leonel, Ezequias Losso, Luiz Roberto Soares, Ivan Rüppel.

M.D.B. — Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Waldenício Barbalho, Enéas Faria, Adalberto Daros

Membros Efetivos:

ARENA — Jurandir Messias, Basílio Zanusso, Wilson Fortes, Jorge Sato, Werner Wanderer, Luiz Alberto de Oliveira

M.D.B. — Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk, Otássio Pereira.

Secretário: Rita Celestino Soares.

Reuniões: 4ªs feiras, após a Sessão Plenária.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente: Quielse Crisóstomo

Vice: Lúcio Machado

Membros Efetivos:

ARENA — Quielse Crisóstomo, Gilberto Carvalho, Aragão Mattos Leão, Gabriel Manoel.

M.D.B. — Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho.

Membros Suplentes:

ARENA — Luiz Roberto Soares, Accioly Neto, David Federmann, João Cioni Neto.

M.D.B. — Domício Scaramella, Edilson Alencar.

Secretário: Teresinha Barbosa Moura e Claro.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Presidente: Egon Pudell

Vice: Jayme Rodrigues Carvalho

Membros Efetivos:

ARENA — Egon Pudell, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto

M.D.B. — Domício Scaramella, Jayme Rodrigues Carvalho.

Membros Suplentes:

ARENA — Alfredo Gulin, David Federmann, Ivan Rüppel

M.D.B. — José Domingos Scarpelini.

Secretário: Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Presidente: Aragão Mattos Leão

Vice: Ernesto Dal'Oglio

Membros Efetivos:

ARENA — Quielse Crisóstomo, David Federmann, Aragão Mattos Leão

M.D.B. — Ernesto Dal'Oglio, José Domingos Scarpelini.

Membros Suplentes:

ARENA — Luiz Roberto Soares, Gabriel Manoel, Ezequias Losso.

M.D.B. — Otássio Pereira

Secretário:

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TURISMO

Presidente: Nelson Buffara

Vice: Gilberto Carvalho

Membros Efetivos:

ARENA — Wilson Fortes, Jurandir Messias, Gilberto Carvalho.

M.D.B. — Adalberto Daros, Nelson Buffara

Membros Suplentes:

ARENA — Quielse Crisóstomo, Werner Wanderer, João Cioni Netto.

M.D.B. — Ernesto Gnoatto.

Secretário: Maria Stella Maeder do Amaral Gurgel.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Presidente: Jorge Sato

Vice: Antonio Facci.

Membros Efetivos:

ARENA — Fuad Nacli, Wilson Fortes, Jorge Sato, Egon Pudell.

M.D.B. — Antonio Facci, Trajano Bastos, Domício Scaramella.

Membros Suplentes:

ARENA — Luiz Alberto Oliveira, Ivan Rüppel, Lázaro Dumont, Rosário Pitelli

M.D.B. — Walter Pietrângelo, Deni Schwartz.

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Luiz Alberto Oliveira

Vice: Otássio Pereira

Membros Efetivos:

ARENA — Luiz Alberto Oliveira, Alfredo Gulin, Lázaro Dumont.

M.D.B. — Ernesto Dal'Oglio, Otássio Pereira

Membros Suplentes:

ARENA — Basílio Zanusso, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

M.D.B. — Lúcio Machado.

Secretário: Marlene Couto de Cristo.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Presidente: Rosário Pitelli

Vice: Nelson Buffara

Membros Efetivos:

ARENA — Jurandir Messias, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

M.D.B. — Edilson Alencar Barbosa, Nelson Buffara

Membros Suplentes:

ARENA — Gabriel Manoel, Egon Pudell, Gilberto Carvalho

M.D.B. — Oswaldo Macedo.

Secretário: Maria Aparecida Amaral

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE POLÍCIA

Presidente: Werner Wanderer

Vice: Jayme Rodrigues de Carvalho

Membros Efetivos:

ARENA — Rosário Pitelli, Werner Wanderer, João Cioni Netto.

M.D.B. — Jayme Rodrigues de Carvalho, Nilso Sguarezi.

Membros Suplentes:

ARENA — Wilson Fortes, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso

M.D.B. — Hélio Manfrinato.

Secretário:

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Basílio Zanusso

Vice: Lineu Turra

Membros Efetivos:

ARENA — Basílio Zanusso, Francisco Scorsin, Luiz A. de Oliveira.

M.D.B. — Lineu Turra, Oswaldo Macedo

Membros Suplentes:

ARENA — Wilson Fortes, João Cioni, David Federmann.

M.D.B. — Walter Pietrângelo.

Secretário: Lélío Guimarães Sotto-Maior.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Presidente: Francisco Escorsin

Vice: — Ernesto Gnoatto

Membros Efetivos:

ARENA — Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Basílio Zanusso

M.D.B. — Ernesto Gnoatto, Hélio Manfrinato

Membros Suplentes:

ARENA — Werner Wanderer, Aragão Mattos Leão, Ivan Rüppel

M.D.B. — Domicio Scaramella.

Secretário: José Tavares Canto Filho

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COM

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Presidente: Alfredo Gulin

Vice:

Membros Efetivos:

ARENA — Alfredo Gulin, David Federmann, Fuad Nacli.

M.D.B. — Lineu Turra, Walter Pietrângelo.

Membros Suplentes:

ARENA — Egon Pudell, Jorge Sato, Francisco Scorsin.

M.D.B. — Jayme Rodrigues de Carvalho.

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1975.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomet e Lázaro Dumont.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruct, Edelcino Tolentino, Leopoldo Jacomet, Accioly Neto, Adalberto Duros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto DaFoglio, Ernesto Gnoatto, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, José Domingos Scarpetini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Oswaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valtér Pietrângelo, Waldenício Barbalho, e Werner Wanderer (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Wilson Fortes (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROJETO DE LEI Nº 67/72.

O Art. 1º do Projeto de Lei nº 67/72, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Inspeção Regional de Ensino no município de Colorado”.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

O SR. PRESIDENTE — Esta finda a leitura do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 67/72, de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo transferir a Inspeção Regional de Ensino do Município de Santo Inácio, para o município de Colorado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.L.P. —

Ao referido Projeto de Lei foi apresentada Emenda Substitutiva, de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente. Necessita de Apoio — **Apoiada**. Será anexada ao Projeto.

Em discussão: Projeto e Emenda.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Comarca de Colorado é composta de cinco Municípios que são: Itabagi, Santo Inácio, Santa Inês, N.S. das Graças e Colorado.

É sabido que a Delegacia Regional de Polícia tem sede na sede da comarca de Colorado. É sabido que Colorado é inclusive o melhor meio de acesso para todos os municípios da Comarca porque além de ter uma conservação pelo Departamento de Estradas de Rodagem ligando Colorado com Santo Inácio tem a Prefeitura de Colorado, o Município de Colorado melhores condições de manter suas estradas e suas ligações com os municípios de sua Comarca. Além do mais a sede do Município fica no centro da região da Comarca de Colorado.

O pagamento dos professores da Comarca de Colorado também vem através do Banco do Estado da sede da Comarca. Colorado é o único município que tem telefone do tipo discagem direta à distância - DDD, é o único município dos cinco que tem ligação direta com o resto do Estado, do país e do mundo; é o único de todos os Municípios da Comarca a ter sua cidade totalmente asfaltada, além do completo serviço de rede de água e esgoto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso projeto visa tão somente corrigir um erro do passado. Desconhecemos as razões políticas ou administrativas, sejam elas quais forem, que justifiquem que a Inspeção Regional de Ensino, que vive em função da sede da Comarca de Colorado, permaneça em um dos municípios menores da Comarca.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? *(Assentimento)*.

Quero, neste instante, hipotecar a minha solidariedade à V. Exa. Deputado Quielse Crisóstomo e esclarecer que o mesmo acontece na nossa região, que é a região do Norte pioneiro. Temos a cidade de Itaipópolis, que pertence à Inspetoria de Joaquim Távora. Em razão de um malabarismo realizado no ex-Governo Paulo Pimentel, fomos transferidos de Itaipópolis para Siqueira Campos. Apesar dos esforços do ex-Secretário Cândido Martins de Oliveira, o ex-Governador também não concedeu que voltasse para Joaquim Távora a Inspetoria de Itaipópolis. Fizemos várias gestões junto ao Governador Emílio Gomes e inclusive conseguimos o comando de Itaipópolis. E um alerta para que este Governo com o qual lutamos.

Mas queríamos estar neste instante solidários com V. Exa., para que se faça justiça nas nossas áreas. Em Siqueira Campos, quando a Diretora, professoras e alunos precisam de qualquer coisa é às expensas da Prefeitura sendo que fizemos gestão com o Prefeito nosso companheiro, com os Vereadores e com toda a Câmara Municipal e, até hoje, não tivemos respostas porque o Sr. Emílio Gomes, por um pedido de um companheiro seu não quis aceitar nossa advertência. Por isso, neste momento, quero estar solidário com V. Exa. para que se repare essa injustiça, para que se dê a César o que é de César e para que um companheiro nosso não veja necessidade de vir à esta Tribuna para reclamar o que é de direito. Também quando estive na Tribuna solicitando ao Governador para que reparasse este mal e desse satisfação ao pedido do ilustre Secretário, pedido que talvez esteja na gaveta ou que o Governador o tenha levado para sua residência, pedido justo.

Neste momento, portanto, solicitamos ao nobre líder da ARENA, para que repare essa anomalia a fim de que não seja preciso virem, companheiros nossos à Tribuna, reclamar o que é de direito, para que os Senhores Deputados da ARENA tenham seu devido valor, sua devida independência, para que se faça justiça e que se dê a César o que é de César. O SR. QUIELSE CRISOSTOMO — Muito obrigado, nobre Deputado.

Mais ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a ligação à cidade mais próxima, Maringá, e todos os municípios da Comarca de Colorado, para atingirem a cidade de Maringá têm por força geográfica e de acesso, que passar pela sede da Comarca, que é Colorado.

Isto pois acrescido de que a Emenda pretendida pelo Deputado Dácio Leonel, iria carrear despesa para o Governo, para o que ele propõe, e gerando despesa torna sua emenda inconstitucional, motivo pelo qual, além dos argumentos que apresentamos, dá oportunidade de corrigirmos um erro político administrativo do passado.

Peço ao nobre autor da Emenda do meu Projeto, que reveja sua Emenda porque ela é inconstitucional, pelos motivos expostos. *(Sem revisão do orador)*.

O SR. DÁCIO LEONEL *(Para discutir)*.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendo de princípio que a matéria que vem a julgamento nesta Casa é de importância acentuada, de alta importância.

Talvez devesse dizer aos Senhores Deputados porque acredito que estamos vivendo um momento de posições que devem ser tomadas definitivamente nesta Casa de Leis, porque temos sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a maioria dos vetos apostos pelo Sr. Governador do Estado a projetos aprovados nesta Casa de Leis, a maioria deles são apostos especialmente em função da inconstitucionalidade dos projetos que aqui são apreciados e tem ocorrido, Sr. Presidente, que esta infringência a dispositivos da Constituição, tem feito com que muitos projetos aqui aprovados por decisão unânime desta Casa Legislativa, recebam o veto do Sr. Governador e voltem a esta Casa o veto também seja aqui acolhido pelos mesmos Deputados que aprovam a matéria.

Devo confessar, que quando o presente Projeto de Lei veio à apreciação deste Plenário, a minha primeira impressão foi de levantar a tese pedindo a esta Casa que votassem pura e simplesmente pela sua rejeição, isto porque, sendo única e tão somente uma medida autorizatória, eu não via razão para que fosse acolhido na forma de Projeto de Lei. Quando muito bem poderia ter sido apresentado pelo nobre Deputado como uma sugestão, um Requerimento ao Sr. Governador do Estado. Mas, para evitar exatamente o que está acontecendo, que entrássemos no campo da polêmica, para evitar que tivéssemos que vir à Tribuna, foi que tivemos este propósito, tendo em vista que muitos Projetos de Lei autorizatórios,

é que entendemos, para evitar estes debates e apresentar esta Emenda, em que queríamos evitar que se procurasse até transferências de sede de uma para outra na busca dos anseios políticos, talvez dos interesses regionalistas, talvez junto aos próprios municípios. Foi esta a razão determinante que apresentamos a nossa Emenda à presente matéria.

De princípio, quando veio a primeira discussão havíamos fixado nosso ponto de vista, que votaríamos contra a matéria, sem fazer qualquer apelo à esta Casa Legislativa nesse sentido, quando, em segunda discussão à matéria volta a tona propomos trazendo esta proposição, para que se autorize o Poder Executivo a transferir a Inspetoria e quando apresentamos Emenda a este mesmo Projeto de Lei, apenas queríamos evitar polêmicas entre dois Municípios. Trazendo também Emenda autorizatória, autorizando o Governo a criar a Inspetoria de Colorado, incidia no mesmo erro em função de tantos projetos que estão tramitando e que os Srs. Deputados têm conhecimento, e esta Casa tem aprovado e outros tantos que virão a esta Casa Legislativa.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte?

Como Vice-Líder de nossa Bancada, apenas para esclarecimento, faria uma sugestão à V. Exa. Esta anomalia existe em todos os Estados, então, seria de bom alvitre, se houver possibilidade, dentro dos canais competentes, dentro da estrutura e do esquema que nós é permitido, conseguirmos formar uma Comissão de alto nível para que se resolvesse o problema de Inspetoria, pois é um problema sério, que aflige principalmente a Bancada arenista e então, para que se discutisse junto a S. Exa. o Sr. Secretário de Educação, para que se votasse assim pelo menos equacionasse este problema, para que não viesse aqui assunto atinentemente à Secretarias do Governo que, como todos sabem, fizemos parte de uma equipe governamental e V. Exa. como Vice-Líder, como apelo, como sugestão, eu pediria que se encaminhasse às Comissões competentes para que se fizesse uma composição com pessoas altamente instruídas para equacionar o problema, e como disse V. Exa. sem política, procurando exclusivamente satisfazer os interesses do povo. Porque também nós fazemos parte desta equipe, por isso também haveremos de defender o povo nesta Assembléia e como V. Exa. é o Vice-Líder pediria apenas que retirasse a sua matéria, e que acabássemos com esta polêmica para discutirmos isso nos canais competentes, junto às Secretarias responsáveis para que não haja atritos nem desentendimentos entre os companheiros, para que não haja diversificação de idéias, a fim de que unidos, possamos dar ao Paraná uma contribuição que o povo espera desta Bancada arenista com assento nesta Casa. Apenas uma sugestão. Porque nós temos as portas do Palácio, temos as Secretarias, vamos então resolver este assunto, mais calmamente. Pediria inclusive, ao Deputado Quielse Crisóstomo, que retirasse esta matéria, para que nós pudéssemos distúri isto com S. Exa. o Sr. Governador do Estado. Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Nobre Deputado, agradeço o aparte de V. Exa., e nas ponderações feitas à nossa pessoa, na condição de Vice-Líder de nossa Bancada, entendemos que este problema possa ser melhor discutido junto às Lideranças desta Casa.

Devo dizer aos companheiros da Bancada de que neste momento uso a Tribuna e faço esta sustentação na condição apenas de um dos integrantes desta Casa Legislativa, destituído consequentemente, da minha condição de Vice-Líder da Bancada. *(Sem revisão do orador)*.

O SR. MUGGIATI FILHO — Ilustre Deputado Dácio Leonel, apenas para uma questão de ordem, que eu pretendo fazer através de V. Exa. Costaria de apartá-lo com relação ao mérito, mas de conformidade com o relógio do Plenário, o tempo da sessão, acredito esteja quase esgotado. Diria a V. Exa. que comunicasse fato à Mesa, nós estamos com todos os trabalhos desta Sessão praticamente encerrados, estamos portanto sem tempo para discutir a matéria, porque logo, teremos o início da Sessão Ordinária. Não teremos tempo para mais nada. Peço desculpas a V. Exa. e muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — *(Para ordem)*. — Sr. Presidente.

Eu não posso apreciar neste instante o dispositivo regimental que decide sobre a matéria. Existe uma Emenda aplainada pelo Plenário, e quer me parecer, Sr. Presidente, que deu entrada em terceira discussão. Portanto, obriga a este Plenário analisar a matéria para uma próxima discussão, penso que seria esta a melhor medida. Não sei se é válida a minha questão de ordem, no sentido de propor que a Emenda suba à consideração da CCI

recebendo parecer daquela Comissão, para que volte devidamente instruída para ser colocada à consideração do Colendo Plenário. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de ordem, V. Exa. tem razão, a Emenda não foi apreciada, ela deverá portanto, voltar à CCJ para receber parecer.

Nestas condições, retiro da Comissão o Projeto de Lei nº 62/74, e encerro a discussão da matéria neste momento.

O SR. QUIELSE CRISOSTOMO (Pela ordem).

Sr. Presidente, solicito que seja submetido a apreciação do Plenário para que seja votado o Projeto de Lei de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que a Emenda poderia receber parecer da Comissão. Mas não existe parecer sobre a Emenda.

O SR. QUIELSE CRISOSTOMO — Sr. Presidente, estou pedindo a votação do Projeto original e não da Emenda. O Projeto está em 3ª discussão e é muito oportuno.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa está de acordo com V. Exa. no mérito do Projeto, mas quando recebe Emenda deverá voltar à Comissão competente para receber parecer sobre a matéria que consta da Emenda.

A Mesa não pode negar a questão de ordem do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que requereu que fosse enviado à Comissão competente para trazer ao Plenário a Emenda com parecer e automaticamente os Projeto em 2ª ou 3ª discussão quando recebem Emendas serão retirados da Ordem do Dia, para irem às Comissões para serem apreciadas pelas mesmas.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem).

Sr. Presidente, reiteramos o que já afirmamos quando estava na Tribuna o Sr. Deputado Dácio Leonel — o prazo desta Sessão está terminado. A Sessão pode ir até às 14,30, e, data vênio, tudo o que se fizer a partir deste horário, uma vez que não houve prorrogação aprovada pela Casa e como há Sessão Ordinária marcada para as 14,30 horas, será nulo de pleno direito, porque a Casa está fora do prazo para qualquer deliberação.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para sexta-feira, dia 21, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 15/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1975.

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomet e Lázaro Dumont.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomet, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Bastião, Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Foad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, José Domingos Scarpellini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilo Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quíelse Crisóstomo, Rodolfo Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldencio Barbalho e Werner Wanderer (53); achando-se ausente o Sr. Deputado Wilson Fortes (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de urgência aos projetos de Resolução nºs 15/74, 16/74 e 24/74.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

Seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. EDISON SCHATZ, ocorrido em data de 9 do corrente na cidade de Paranaguá.

O extinto membro de tradicional família parnaguara, atualmente cursava a Faculdade de Engenharia, era filho do Sr. Miguel Schatz, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação nos meios estudantis e na sociedade local, onde era bastante relacionado.

Requer, outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à rua General Carneiro, em Paranaguá.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

A) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

As Lideranças da ARENA e MDB, infra-assinadas, pedem que, ouvida a Casa e tendo em vista os dias santificados da próxima semana, e a necessidade de atendimento aos problemas do interior por parte dos Senhores Deputados, sejam suspensas as Sessões Plenárias de segunda-feira até quarta-feira próximas, reduzindo-se as atividades da Casa aos trabalhos de expediente e das Comissões.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

a) IVO THOMAZONI — Líder da ARENA

a) MUGGIATI FILHO — Líder do MDB.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei.

REQUER:

Seja oficiado à Sanepar dando conhecimento que, embora seja o Departamento de Serviços de Santo Antonio da Platina, um dos mais bem instalados; os serviços prestados ao público contribuinte tem sido ultimamente um dos piores, tendo ocorrido no dia 15 último a total paralisação do fornecimento de água por um período de 12 horas consecutivas, solicitando as seguintes informações:

a) - Se existe ou não motor movido a combustível de qualquer natureza, para fins de substituição na eventualidade do corte de energia.

b) - Porque segundo informações de funcionário daquele Departamento, a caixa adutora e distribuidora de água, faz mais de 3 anos que não é submetida a limpeza, o que deveria ser feito mensalmente na preservação da higiene e saúde da população.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer à V. Exa., após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura neste Estado, um apelo no sentido de que S. Exa. estabeleça junto aos estabelecimentos oficiais de ensino o princípio de adoção dos mesmos livros-textos nas séries do 1º e de 2º grau em cada quadriênio governamental, indicando-se o quanto possível, obras divulgadas pelo FENAME, cujo preço esteja ao alcance da bolsa popular.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) ERNESTO DAL'OGLIO

JUSTIFICATIVA -

A tendência do moderno ensino brasileiro tem sido sempre de democratizar os meios de educação e possibilitar a aprendizagem de todos em igualdade de condições.

O chamado livro didático, menos didático do que explorativo das condições financeiras do estudante, tem sido sempre uma das maiores pedras de tropeço para os pais de família numerosa, especialmente pela adoção sucessiva de vários autores, ao bel prazer de cada professor encarregado de uma mesma matéria. Os lares dos pais de alunos possuem verdadeiras bibliotecas de livros que serviram para uns, mas não servem para outros dos seus filhos. O professorado consciente vem fugindo a essa proliferação de livros e adotando muitas vezes anotações ou simples apostilas, muito mais eficientes do que os pseudo-livros didáticos.

A ineficiência desses livros tem sido de tal ordem que o adjetivo "didático" perdeu a exatidão de seu significado, e hoje se diz apenas "livro-texto".

O estudante pobre ou o seu filho de pais pobres já não pode enfrentar o preço exorbitante desses livros, a não ser os publicados pelo FENAME. A adoção de livros do mesmo autor facilitará o aproveitamento do mesmo livro por um ou mais familiares, na ordem cronológica de idade e de ingresso no estabelecimento de ensino.

A medida sugerida, limitando-se a um quadriênio governamental, além de corresponder exatamente à metade do período do 1º grau, evita que providências de uma gestão da Secretaria de Educação interfiram em diretrizes da gestão anterior ou da gestão futura.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regi-

mentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário seja transcrito nos Anais desta Casa, a nota sob o título: "COLMEIA EDE SANTA CATARINA", publicada no jornal "O ESTADO DO PARANÁ", edição do dia 19 de março em curso, na qual se registra que houve equívoco na notícia procedente de Brasília, dando conta que a Rádio Colméia estava localizada na Cidade de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, depois de ouvido o Plenário, REQUER: seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Ministro de Transportes, Gal. Dirceu Araújo Nogueira, e ao Dr. Jayme Canet Junior, no sentido da DUPLICAÇÃO DA RODOVIA 369, NO TRECHO IBIPORÁ-LONDRINA. Assim como a construção do trevo no ponto de encontro das duas Rodovias.

JUSTIFICATIVA -

Senhor Presidente, o referido trecho rodoviário sem dúvida alguma é um dos mais movimentados do País, e a precariedade desta Rodovia faz com que a mesma se transforme numa das pistas mais perigosas, sendo que constantemente se verifica acidentes gravíssimos, principalmente no contorno de Londrina, onde não existe acostamento, as pistas estão sempre alagadas. Isto sem mencionar o número alarmante de acidentes no ponto de encontro da referida Rodovia com as pistas que ligam Londrina-Cambé, onde há muito se faz necessário a construção do Trevo reivindicado neste expediente.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) LÁZARO DUMONT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita à V. Exa. depois de aprovação pelo Plenário, desta Casa, encaminhe expediente ao Exmo. Sr. Jayme Canet Junior, no sentido de que o Sr. Governador determine o reinício das obras de duplicação das Pistas Londrina-Cambé.

JUSTIFICATIVA -

Senhor Presidente, as obras de duplicação da Rodovia 369 no trecho Londrina-Cambé, iniciada em 1968, até hoje se encontra paralizada, principalmente no trecho que deve contornar a cidade de Cambé.

Desde 1969, quando da inauguração do atual trecho duplicado, quando as máquinas do DER abriram o referido contorno, destruindo dezenas de chácaras causando tantos prejuízos aos lavrad Municipios.

Por outro lado, solicitamos que neste Expediente acrescente também a necessidade de recapeamento e uma pista auxiliar no trecho de contorno, tanto na saída de Cambé para Londrina, como na saída Cambé-Rolândia.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) LÁZARO DUMONT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Na forma regimental, requeiro à V. Exa. dignar-se, após ouvido o Plenário, solicitar da Secretaria dos Negócios da Educação e Cultura do Estado, as seguintes informações:

- 1 - Se é legal a cobrança de taxa do aluno que solicita transferência?
- 2 - Se é legal a cobrança de taxa da Associação de Pais e Professores por parte dos estabelecimentos de ensino?
- 3 - Havendo os dispositivos legais, informar o valor das taxas acima caracterizadas.

Em MARINGÁ, Sr. Presidente, temos informações de que o Colégio Comercial Estadual cobra de cada aluno que solicita transferência, a importância de Cr\$ 20,00 (Vinte Cruzeiros).

Há também informações de que unidades escolares do Estado localizadas em Maringá, sob pena de não aceitarem as matrículas dos alunos que não pagarem, exigem taxas absurdas para as Associações de Pais e Professores dos seus estabelecimentos. Taxas que chegam a aproximadamente Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) anuais.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviada sugestão ao Senhor Governador Jayme Canet Jr., no sentido de que este, através da Secretaria dos Transportes, por meio de convênio, ou qualquer outra medida legal, com o Ministério dos Transportes (D.N.E.R.), providencie estudos para a implantação de telefones de emergência, na rodovia BR-277 que liga o Município de Ponta Grossa à Capital paranaense, a intervalos de 10 km, bem como aparelhe os postos da Polícia Rodoviária, que fiscaliza esta estrada, com material de pronto-socorro e mantenha um médico em plantão diuturno.

Justifica-se o requerimento em tela, Senhor Presidente, pelas ocorrências diárias de acidentes que tendem se agravar cada vez mais.

Funil de escoação da produção paranaense, via rodoviária; a BR-277, é o único caminho para os caminhões que demandam do Norte do Estado para o porto de Paranaguá e o Sul do País e também o é para os veículos de carga que partem do Centro e Sudoeste do Estado para o citadão porto e o Norte do País, via São Paulo.

A periculosidade desta rodovia já ficou demonstrada, que é preocupação do Governo Federal a implantação, em tempo breve, de sua 2ª pista.

Com a medida em tela proposta e o equipamento dos Postos da Polícia Rodoviária com socorros de emergência (medicamentos, oxigênio e macas), além da permanência de um médico, ou mesmo um estagiário de Faculdade de Medicina, o problema seria em parte resolvido, pois o atendimento aos acidentados, de imediato, evitaria inúmeras mortes, como vem ocorrendo.

Neste último ano, para o Plenário tenha ciência do fato, 147 acidentes, dos quais 60 pessoas vieram a falecer.

A medida proposta não é nova. Na rodovia Rio-São Paulo, já se encontra funcionando telefones de emergência, que possuem em suas cabines estojos de pronto-socorro, há mais de um ano, com benefícios incalculáveis, e o então Deputado estadual Antonio Belinati, nesta Casa propunha sobre o mesmo assunto em outra rodovia do Estado.

Redundante seria justificar ainda mais a medida em tela, motivo pelo qual acreditamos na aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer seja encaminhado o ofício ao Banco Central para que sejam expedidas cartas patentes aos bancos interessados a fim de abrirem agências nas seguintes localidades:

- 1) Vera Cruz do Oeste - Município de Céu Azul
- 2) São José - Município de Santa Helena
- 3) São Pedro - Município de Toledo
- 4) Vila Nova - Município de Toledo

A medida, sem dúvida, é justa, tendo-se em conta a grande distância com os outros centros e que tais localidades com base em provas estatísticas possuem desenvolvimento econômico e financeiro que comportam a abertura de tais agências.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido nos Anais desta Casa, o Editorial do Jornal "Gazeta do Povo", edição de hoje, bem como comunicação ao Diretor daquele matutino pelo destaque que vem dando à problemática de Itaipu, salientando ainda, que não consideramos irreversível os acontecimentos políticos e administrativos ocorridos até aqui.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Casa envie expediente ao Exmo. Sr. Helio Fernandes, Gerente Geral da Caixa Econômica Federal do Paraná, objetivando a instalação de uma agência da Caixa Econômica Federal na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Considerando o atual estágio de progresso do Município de Marechal Cândido Rondon, a rede bancária existente, citando a arrecadação de I.C.M. como ocupando o 17º lugar em todo estado e principalmente levando a bom senso a reivindicação de todas as classes econômicas locais que apontando as estruturas que aquela cidade possui para merecer uma agência que viria preencher lacuna existente e ampliar ainda mais os bons serviços prestados pela Caixa Econômica Federal em nosso Estado e todo País.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais:

Considerando que brevemente terá início o plantio de trigo;

Considerando que o amparo e estímulo ao agricultor levará o país à autosuficiência do produto;

REQUER, se oficie ao Sr. Ministro da Agricultura sugerindo as seguintes providências:

1) Atualização do preço mínimo para Cr\$ 130,00 (cento e trinta) por saca de 60 kg;

2) Revisão e atualização da legislação referente à moagem do trigo, revogando o Decreto-lei 210/67, Portarias da SUNAB 20/74 e 101/74,

tendo em vista que moinhos estão sem cotas nas zonas de produção, permanecendo, portanto, fechados, fator que está gerando inúmeras desvantagens e prejuízos, ao triticultor e ao consumidor, com consequências danosas à economia regional e nacional.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa, o Editorial "Incoerência Política", impresso no matutino "Folha de Londrina" do dia 19 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes e Governador do Estado, no sentido de que aquelas autoridades federal, estadual, através de seus órgãos competentes, providenciem, com urgência os serviços necessários à BR-280, rodovia que em seu final promove o entroncamento com a BR 153.

A medida, se concretizada, viria beneficiar todo o Sudoeste paranaense e o Oeste de Santa Catarina, aliviando desta maneira e já sobrecarregado trânsito de veículos da BR-277 no trecho de Ponta Grossa-Curitiba.

Justificativas maiores seriam desnecessárias Senhor Presidente, motivo, pelo qual, acreditamos na aprovação do presente Requerimento, pelos nossos pares.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência que faça apelo ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura do Estado, no sentido de que o mesmo determine providências urgentes, a fim de serem providos reparos nos prédios dos Grupos Escolares Nilo Peçanha e Newton Guimarães da cidade de Londrina, cujas paredes estão ameaçadas de ruir, com possíveis consequências danosas para o seu corpo docente e discente, assim como, dar início à construção dos novos prédios destinados a esses estabelecimentos.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

a) DEL CIEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

1 - Não se pode negar que a democracia, que é antes de tudo uma crença na natureza humana e um Código de comportamento que traduz aquela crença em pensamento e ação, inexistente quando determinada em termos divisíveis.

Deve se entender as idéias e ambições de um povo democrático como um todo ainda que contra isso se estabeleça a grandiosidade da democracia de um País.

No dizer de Laun ao formular esta definição de democracia podemos entender:

"É o Estado cuja Constituição positiva não repousa sobre direitos suprapositivos impostos dogmaticamente, que possuíssem pessoa ou grupo de pessoas às quais as atribuisse a competência de soberania ou uma parte dessa competência.

Ainda:

"O Estado não democrático, o Estado de dominação ou estado de privilégios, seja monarquia absoluta ou limitada, uma aristocracia, um Estado bolchevista ou fascista, ou seja qual for a sua forma, é, pois caracterizado por direitos suprapositivos.

Em consequência, "por força de um artigo de fé, uns têm direito de reinar ou de participar, da denominação, a outros ficam reduzidos ao só papel da obediência".

Ora, "a democracia é o oposto de todos esses regimes".

As liberdades públicas inscritas nas Constituições modernas é a mais importante conquista de nossa civilização jurídica e constitui o verdadeiro apanágio do mundo livre, das sociedades cristãs e democráticas do mundo livre.

2 - A Constituição da República (artigo 15, II, letra b) com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, diz que os PREFEITOS dos Municípios declarados de interesses para a segurança Nacional, por lei da iniciativa do Poder Executivo, serão nomeados pelo governador do Estado, com prévia aprovação do Presidente da República. A lei Maior, ao firmar a competência do Conselho de Segurança Nacional, dispõe que a lei indicará os Municípios de interesse Nacional e as áreas a esta indispensáveis (artigo 89 § único).

Fiéis e tais mandamentos constitucionais, várias leis ordinárias arrolaram cerca de onze Municípios deste Estado como sendo do interesse da segurança Nacional. Assim, a lei nº 5.448 de 4/06/1968 declarou os Municípios de Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Guaíra, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Pérola do Oeste, Planalto, Santo Antonio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu; posteriormente; pelo Decreto Lei nº 1.170, de 10/05/1971, o de Santa Helena.

Tanto a letra da Constituição, como texto das leis ordinárias referidas, nada informam sobre os fundamentos objetivos que levaram os Legisladores, constituintes e ordinário, a declararem os Municípios mencionados como sendo de interesse da segurança nacional.

Objetivando, contudo, segundo os textos legais aludidos, a conclusão que se tira é que, sendo um determinado Município considerado como sendo de interesse da Segurança Nacional, a primeira providência tomada é retirar-lhe o livre inequívoco direito de eleger democraticamente o seu prefeito, o que, na Verdade, vem colidir com a própria Constituição, que consagra o princípio da autonomia Municipal.

Excluída a apontada, nenhuma outra consequência acarreta a um Município, uma vez ele seja considerado como do interesse da segurança Nacional.

Todos os demais poderes funcionam normalmente, segundo as melhores tradições jurídicas e constitucionais do povo brasileiro. Assim, o Poder Judiciário, representado pelos Juizes de Direito, e pelas Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, não sofreu solução da continuidade no funcionamento de seus órgãos. O provimento dos cargos judiciais faz-se através de concurso público, e o escalonamento nas carreiras contínuas, obedecendo aos critérios de promoção. Igualmente o Poder Legislativo, representado nos Municípios, pelas Câmaras de Vereadores, continua sendo provido pelo voto livre e democrático dos seus Municípios.

Da mesma forma os demais organismos existentes nos Municípios declarados de interesse para a segurança Nacional, singulares ou coletivos, oficiais ou particulares, continuam funcionando normalmente segundo normas jurídicas, sem que a simples inclusão de nome de seus Municípios servisse para abalar-lhes a rotina, tais como a Legião Brasileira de Assistência, a Cruz Vermelha, Lyons, Rotary, Sindicatos, Clubes Sociais e Esportivos, Entidades Tradicionalistas, Culturais, de Artes, Letras, etc...

Vários Municípios considerados como de interesse da segurança Nacional acolhem, em suas áreas territoriais, gloriosas, históricas e tradicionais unidades do Exército Nacional como é o caso de Guaíra e Foz do Iguaçu, cujo acervo de glórias bélicas já está definitivamente incorporado

à história pátria e constitui, por isso mesmo, junto a inalienável orgulho do povo residente naqueles Municípios; em outros a Marinha de Guerra os escolheu para sediar unidades suas (FOZ DO IGUAÇU). Nos demais Municípios como é sabido existem batalhões ou destacamentos da polícia militar do Estado.

É necessário que se registre que todos estes organismos pertencentes às Forças Armadas estão sediados nos Municípios referidos muito antes de os mesmos serem considerados como de interesses da segurança Nacional, alguns até já mais de um século, e, todavia, nunca se disse que os seus Prefeitos, pudessem representar ameaça ou perigo, atual ou iminente, à Segurança Nacional.

Ora, se o povo de tais Municípios pode conviver pacificamente como notoriamente convive com as mencionadas unidades das Forças Armadas, se está plenamente provado que sabe acatar e respeitar as mesmas e tranquilo exercício do Poder Judiciário, se já demonstrou que, em ordem, pacífica e democraticamente, reúne todas as condições para eleger senadores, deputados, federais e estaduais, vereadores; porque então se lhe imputa a suspeita de ser perigoso à segurança nacional, ao ponto de não se lhes permitir o direito de livremente escolher os seus Prefeitos.

3 – Há, assim por conseguinte, necessidade de que esta Assembléia Legislativa, através de Comissão Especial, cuja constituição ora requer, (de acordo com o art. 34 da Resolução nº 11/60 deste Poder, composta de cinco membros), examine todos os presupostos que informam o conceito de segurança Nacional, de sorte que, tal estudos e suas conclusões sejam encaminhados ao Governo Federal como subsídios para que o atual conceito possa ser revisado, e os Municípios paranaenses mencionados neste requerimento, com a restituição de sua autonomia Municipal, possam, livremente, eleger os seus PREFEITOS, ainda mais que, como é notoriamente sabido, existe uma manifesta dissociação espiritual entre os Prefeitos nomeados e o povo de seus respectivos Municípios, exatamente, por não serem os primeiros resultantes da inequívoca manifestação de vontade dos segundos.

4 – Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência de inteiro teor deste, aos Exmos. Srs. Senadores e Deputados Federais da Bancada do Paraná.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 22/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a Estadualizar o Grupo Escolar “BATISTA VERA”, construído em convênio entre a FUNDEPAR e a Prefeitura Municipal de PIRAQUARA na localidade “Jardim Primavera”^U

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

a) LEOPOLDO JACOMEL

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Escolar “BATISTA VERA” construído no Jardim Primavera em convênio FUNDEPAR – PREFEITURA, é composto de cinco (5) salas de aula, salas de Diretoria e Secretaria, cantina, sanitários, pátio coberto etc., onde está sendo ministrado aulas para mais de quatrocentas (400) crianças de 1ª a 4ª série do 1º grau, na quase totalidade filhos de Egressos do Hospital Colônia São Roque e Egressos dos filhos de detentos da Colônia Penal Agrícola, por isso justifica-se plenamente a pretensão do presente, em face do que o Deputado signatário deste, pede e espera o apoio dos nobres Colegas.

PROJETO DE LEI Nº 23/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – É o Executivo Estadual autorizado a dar em permuta, por 8 (oito) áreas de terras de propriedade do Município de Londrina, medindo aproximadamente 22.543,23 metros quadrados, um terreno de propriedade do Estado do Paraná, medindo cerca de 28.206,56 metros quadrados, destacado do lote nº 139, da Gleba Patrimônio de Londrina, situado no mesmo Município.

Art. 2º – As áreas de terras a serem incorporadas ao patrimônio do Estado do Paraná, por força da permuta de que trata a presente lei, são as seguintes:

a) – área de aproximadamente 1.350,00 metros quadrados, destacada do lote nº 117, da Gleba Patrimônio de Londrina, ocupada pelo Grupo Escolar Arthur Thomas;

b) – área de aproximadamente 1.298,73 metros quadrados, situada na quadra “D”, de Patrimônio da Warta, ocupada pelo Grupo Escolar Eduardo Zebulski;

c) – área de aproximadamente 2.500,00 metros quadrados, situada na quadra 25, da Vila Casoni, ocupada pelo Grupo Escolar Willie Davids;

d) – data de terras nº 1, da quadra “C”, da Vila Mendonça medindo aproximadamente 2.000,00 metros quadrados ocupada pelo Grupo Escolar Nilo Peçanha;

e) – área de aproximadamente 1.824,60 metros quadrados, situada na Vila Recreio, ocupada pelo Grupo Escolar Tiradentes;

f) – datas sob nºs 13, 14, 15, 16 e 17 da quadra 10, do Bairro Boa Vista (4ª seção), medindo aproximadamente 1.931,10 metros quadrados, ocupadas pelo Grupo Escolar Machado de Assis;

g) – área de aproximadamente 3.600,00 metros quadrados, situada na quadra 12, de Patrimônio de Irerê, ocupada pelo Grupo Escolar Olívio Busso;

h) – área de aproximadamente 1.784,52 metros quadrados, situada no Jardim Petrópolis, ocupada pelo Grupo Escolar Barão do Rio Branco;

i) – data nº 1, da quadra nº 2, do Patrimônio de Tamarana medindo aproximadamente 3.520,60 metros quadrados, ocupada pelo Grupo Escolar de Tamarana (antigo);

j) – área de aproximadamente 2.733,68 metros quadrados, situada no Jardim Paulista, ocupada pelo Grupo Escolar Dr. Eurides Cunha.

Art. 3º – A permuta de que trata esta lei será efetuada sem diferença de preços.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de março de 1975.

a) DEL CIEL

O SR. PRESIDENTE – Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Gnoato, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ERNESTO GNOATO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela primeira vez, ocupo esta Tribuna, como representante de Iporã, Francisco Alves, e União da Vitória. E venho aqui, hoje, para dizer aos Srs. Deputados, que obedecerei as determinação de meu Partido, e que meu ilustre Líder será ouvido em todas as suas decisões.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo trazer ao conhecimento da Casa, uma nota de esclarecimento:

“O Sindicato das Empresas de Radiofusão no estado do Paraná, através do seu Presidente, vem de público, esclarecer o fato ocorrido na cidade de União da Vitória, por ocasião do jogo ocorrido entre o Clube Atlético Paranaense e o Iguaçu, da mesma cidade, que após sindicância feita, a bem da verdade, a nossa associada RÁDIO UNIÃO LTDA. que também irradiava aquela partida, não tomou parte conforme foi divulgado por engano nos lamentáveis acontecimentos. Segundo me foi divulgado, e informações que podemos obter, através do representante da Federação Paranaense de Futebol, a serviço no Estádio, o locutor da Rádio União procurou de toda forma acalmar o povo, aconselhando-o que não participasse da agressão para evitar consequências prejudiciais à própria cidade.

Este esclarecimento visa eximir a Rádio União de qualquer responsabilidade ao mesmo tempo trazer a verdade a público”.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Rádio Colméia é da cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, e foi essa emissora que incitou o povo à agressão.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo deixar bem claro que o desenrolar dos acontecimentos verificados no dia 12 do corrente, cabe, exclusivamente, aos locutores da Rádio Colméia, de Porto União, Santa Catarina.

Muito Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Venho a esta Tribuna para me congratular com o Sr. Ministro dos Transportes, Dirceu Nogueira, que em sua rápida visita a Curitiba declarou à imprensa que entre as obras prioritárias do Governo Federal estão as ferrovias e que um dos primeiros passos será a construção da ferrovia Guarapuava-Foz do Iguaçu.

Quero lembrar aos Srs. Deputados que este Parlamentar, ao analisar o discurso do Governador Jayme Canet Junior, por ocasião de sua posse, destacou que "governar não é construir estradas de rodagem e sim lutar pela construção de estradas de ferro".

Foi meu objetivo voltar, hoje, a esta Tribuna, para solicitar aos homens de meu Estado, sejam da ARENA ou do MDB, para que lutem a favor desta estrada de ferro e para que evitem, no seu traçado, o cometimento dos mesmos erros políticos que levaram o Governo a construir estradas de rodagem que atendem a interesses políticos e eleitorais, mas não atendem a interesses econômicos.

A estrada de ferro Foz do Iguaçu-Paranaguá, já foi estudada, quando era Presidente da República o Sr. Getúlio Vargas, por uma companhia inglesa e só não foi realizada anteriormente porque este País foi mantido durante muitos anos fascinados pelas estradas de rodagem, enquanto as ferrovias eram esquecidas.

Este Deputado, o primeiro a levantar a sua voz nesta Assembléia pela conquista desta ferrovia, vai prosseguir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na sua luta, pois o Paraná só levará seus produtos de exportação ao Porto, a baixo custo, se tiver ferrovias feitas com critério e que atendam aos interesses brasileiros e não a interesses regionais.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha cidade, a cidade de Santo Antonio da Platina, no Norte Pioneiro, a região mais esquecida deste Paraná, só tem recebido influências malféticas de todos os governos que passaram por este Estado. Como prova disso, nós temos na região uma empresa de força e luz, a conhecida e comentada e famigerada Companhia Hidrelétrica Paranapanema, que serve 25 municípios. Irresponsável, com um capital astronômico, feito à custo da escravidão de seus usuários, alvo de queixas e reclamações na Tribuna das Câmaras Municipais de todo o norte do Paraná; e muitas vezes passou por aqui também, pela Tribuna dos representantes regionais na Assembleia Legislativa do Estado. Mas continuam a cair sobre ela as benesses do Governo, Companhia que tem um capital astronômico e que cresce de forma assustadora e não sabemos quem de direito para coibir os abusos de um capital que só tem produzido malefícios e descontentamento, que só tem prejudicado ao Norte Pioneiro do Paraná.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entre toda a falta de responsabilidade da hidrelétrica Paranapanema, constatamos que no dia 14 do mês corrente, quando estávamos na nossa cidade, naquela noite não houve luz, houve corte total de luz e força, não só em um Município, mas em toda a região servida por aquela Companhia. No dia seguinte, também não houve luz. Foram 24 horas vividas sem luz e sem força, sem que houvesse alguém capaz de coibir abusos e a falta de responsabilidade dessa Companhia, que mantém na minha cidade uma receita de mais ou menos 10 milhões de cruzeiros. Tem dois funcionários. Um, o cão de caça da companhia, o responsável pelas relações públicas, o chefe do escritório,

que é o homem mais malcriado que já conheci em toda minha caminhada, em todos os meus diálogos com quem quer que seja, é o homem responsável pelas Relações Públicas da Companhia, para que o povo e seus usuários para que os pagantes da luz e força que recebe dessa companhia não tenha condições de dirigir, pelo menos pessoalmente, qualquer queixa ou reclamação. O restante do pessoal é responsável pela correção de todos os defeitos que, porventura, possam ocorrer durante os dias ou as noites.

O patrimônio da Hidrelétrica Paranapanema foi feito, sem dúvida alguma, com a miséria de uma população inteira. As extensões de linha de toda a Região do Norte Pioneiro foi feita pela contribuinte. Enquanto o patrimônio da Companhia continua crescendo de forma extraordinária, os serviços que ela vem prestando são de forma precária.

Quando éramos Prefeito de Santo Antonio da Platina dirigimos apelos ao Governo do Estado, ao Governo Federal, ao Ministério de Minas e Energia, que era responsável pela subsidiária de energia elétrica neste País; dirigimos apelo a todos os Departamentos que julgávamos competentes e no entanto, a Companhia, como já disse, continuou crescendo vertiginosamente em seu capital em contraste com o empobrecimento e a miséria do povo que habita aquela região, que é a Região Norte pioneira do Paraná. (Reassume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre Deputado que falta apenas um minuto para terminar o seu pronunciamento.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado. Gostaria de estender-me, inclusive com a apresentação de documentos comprobatórios da denúncia que faço, mas, Sr. Presidente, deixarei para outra oportunidade.

Quero, simplesmente, agora apresentar neste minuto que me sobra, um Requerimento à Sanepar que, também não cumpre com seu dever, com a sua responsabilidade em Santo Antonio da Platina, porque Sr. Presidente, Srs. Deputados, um dos melhores departamentos de fornecimento de água que a Sanepar tem está em Santo Antonio da Platina feito pelo antigo DAE, Departamento de águas e Energia. Por ter faltado energia elétrica nos dias que denunciei a Sanepar que tem um motor de 500 HP, por falta de vontade do funcionário chefe, deixou de ligar este motor e o povo ficou sem água durante 24 horas. Parece que Santo Antonio da Platina teria que ficar sem água e sem luz simplesmente pela falta de responsabilidade dos responsáveis pelos dois Departamentos.

Desta feita, por estar esgotado o tempo que dispunha, deixo de ler o Requerimento o qual entrego à Mesa para que seja encaminhado com a devida urgência. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta Casa Legislativa muitos artigos têm sido transcritos nos Anais desta Casa. Hoje vamos submeter a Presidência, após ouvida o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa de editorial hoje publicado na "Folha de Londrina", sob o título "Incoerência Política" (por entendermos, também, oportuno que tenha a sua transcrição devidamente autorizada.

Diz o editorial da "Folha de Londrina": (Lendo).

"Em nome de um princípio político, contrária às eleições indiretas, o MDB paranaense decidiu fechar questão em torno da indicação do futuro Prefeito de Curitiba, abstando-se de votar. Vezes sem conta, desde que se restabeleceu, em vários níveis, o princípio da eleição indireta, o MDB tem feito manifestações contrárias a esse instituto, negando-se em algumas oportunidades a votar. Trata-se da posição respeitável sem dúvida e que deveria ser merecedora de apreço e consideração, não houvesse um senão: na Guanabara, quando houve eleições indiretas para o Governo do Estado, e onde o MDB era majoritário, o partido aceitou as regras, elegendo o Governador.

Também é recomendada a posição do MDB em relação à sub-legenda, instituição realmente discutível dentro do sistema político nacional. O MDB, várias vezes manifestou-se contra o sistema, apresentando suas falhas, a maior das quais a de desvirtuar o sentido das eleições majoritárias. De fato, com a sub-legenda muitas vezes o candidato mais votado a um cargo eletivo não é o eleito: perde para outro, menos votado, mas beneficiado pela soma dos votos da legenda. A sub-legenda é criticável mas é preciso recordar que o MDB já se beneficiou dela, em Londrina inclusive, no último pleito para a Prefeitura.

Em ambos os fatos sobressai a incoerência política que é percebida

facilmente pelo eleitor. Porque se uma coisa é errada na base, não se tornará certa em razão do interesse imediato. E a coerência nas posições é reclamada, principalmente na vida pública. Carvalho Pinto, ex-Senador por São Paulo, que pertencia à ARENA, manifestou-se sempre contra o sistema indireto. E, coerente com esta posição, jamais aceitou a indicação para concorrer a um pleito deste naipe. Derrotado para o Senado, em pleito direto e sem sub-legendas, manteve-se fiel a um postulado que defendia.

Certo que o MDB pode participar de eleições indiretas. Do mesmo modo, como tem todo o direito de utilizar as sub-legendas quando perceber que isto o beneficiará. Está usando institutos legais e em vigor. O que exige, porém, é que haja coerência que representa a linha divisória entre política e politicagem.

A posição do MDB contra o sistema indireto é genuína e válida. Da mesma forma a postura em relação à sub-legenda. Mas tem o partido falhado quando aceita tais institutos, em benefício próprio, inclusive porque isto tira à legenda a força que teria para combatê-los especialmente no caso das sub-legendas, que constituem verdadeira alienação política, um câncer que solapa a unidade dos partidos.

Este oportunismo político de só aceitar coisas que são consideradas erradas ou perniciosas, quando podem ser benéficas, acaba por solapar teses preciosas e só serve para confundir ainda mais o leitorado. O MDB que conseguiu um expressivo resultado eleitoral a 15 de novembro, e que tem agora bem mais amplas condições de participação no âmbito legislativo, precisa cuidar, mais ainda agora, de tais aspectos, para evitar que teses políticas importantes sejam conspurcadas por atos que contradizem toda a doutrinação partidária."

Este, Sr. Presidente, é o editorial de hoje da "FOLHA DE LONDRIANA" que, com o devido respeito, após ouvido o Plenário, solicito seja transcrito nos Anais da Casa.

Outrossim, encaminho à consideração do Plenário um Requerimento através do qual solicito um Pedido de Informações ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, nos seguintes termos: (Lê)

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura o seguinte pedido de informações:

1. — Se houve expediente da Fundação Educacional do Estado do Paraná à Prefeitura de Londrina, informando que as obras dos Grupos Escolares Nilo Peçanha e Newton Guimarães seriam executadas em convênio FUNDEPAR—DEOE, desde que a Prefeitura de Londrina se dispusesse a doar à FUNDEPAR duas áreas de terras, a saber:

- a) — Uma área de 10.000 metros quadrados na esquina das Ruas Chapecó e Apá, para a construção ou reconstrução do Grupo Escolar Nilo Peçanha;
- b) — Uma área mínima de 5.000 metros quadrados, situada entre as ruas Flórida e Guarujá, na Vila Brasil, para a reconstrução do Grupo Escolar Newton Guimarães.

2. — Em caso positivo, se a Prefeitura de Londrina atendeu ao pedido.

3. — Considerando a existência dos projetos 004-FUNDEPAR e 5373-DEOE, respectivamente para os Grupos Escolares Nilo Peçanha e Newton Guimarães, qual a posição atual dos mesmos.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

A) DÁCIO LEONEL

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está finda a Hora do Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para muitos, o resultado das eleições de 15 de novembro foi surpreendente. Muitos esperavam que o MDB não conseguiria alcançar, no Estado do Paraná bem como nos demais Estados da Federação o êxito obtido, que o MDB não conseguia a consolidação de Diretórios em todos os Municípios deste Estado, e que o Partido da Oposição não teria, portanto, a estrutura administrativa municipal necessária para, pelo menos, equilibrar os resultados no pleito eleitoral de 15 de novembro de 1974.

E após os resultados das urnas em que o MDB elegeu 16 Senadores da República, alcançando inacreditáveis vitórias para muitos, pesquisadores, sociólogos, economistas, tentaram encontrar, ou por outro lado, tentaram analisar esses resultados, sob o enfoque de suas especialidades, as razões pelas quais o povo brasileiro assim se manifestou nas urnas.

E, dentro tantas manifestações, uma delas nos chamou a atenção, justamente pela globalização dos enfoques que, individualmente, forma observados. Esta análise foi efetuada pelo professor Petrelli Gastaldi, retratada em seu livro "Estudos de Problemas Brasileiros", quando afirma:

"Os resultados do pleito de 15 de novembro antes de sua apuração final, passaram a preocupar capacidade interpretativa dos partidos e do governo. A guinada do poder, nos maiores centros econômicos e políticos do País, sem dúvida representou uma aspiração coletiva por uma ordem política mais humana e menos insensível às aspirações coletivas.

Conforme Samuelson, a economia é mista na estrutura física mas uma criatura ainda sem sexo definido na decisão política.

As correções técnicas, realizadas com crescente interferência do Estado na ordem econômica, embora tenham mantido regular taxa de crescimento, não ofereceram ao povo nada de concreto como alternativa válida. E as medidas anti-inflacionárias, sempre restritas, fazem com que os trabalhadores a partir de um momento, se preocupem menos com reajustes salariais e mais com a manutenção dos seus empregos, e se as empresas, menos com a produtividade, que pode amenizar os custos e preços, e mais com a média dos seus lucros, embora à custa da elevação desses preços. Então, o Estado, na preocupação única de manter sua posição de supremo arbítrio, ao invés de proporcionar distensão política e abrir um extenso diálogo para descobrir as causas da crise e sua terapêutica, somente possível em mesa redonda com as classes políticas e produtoras, antenas mais sensíveis dos anseios populares, assume com maior ímpeto a produção de bens de serviços, transforma-se no grande empregador, amplia o leque das empresas paralelas ao seu crescente poder econômico e financeiro, deixando de encarar o homem comum como agente e paciente dos fatos econômicos, mas simples indivíduo somente lembrado e cortejado às vésperas das batalhas eleitorais.

As observações de W. Brand confirmam a nossa teoria, de que o objetivo central do nosso desenvolvimento econômico é o de proporcionar às massas maior quantidade de bens e serviços, no menor espaço de tempo, ou seja, promover o progresso social e melhores padrões de vida, conforme o estabelecido no art. 25 da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampinio)

Em países de baixa renda, como é óbvio, as perspectivas de crescimento econômico não são particularmente favoráveis, pois os fatores complementares de produção são geralmente desiguais ou insuficientes em relação ao tamanho da população.

Natural que as dificuldades sejam, geralmente, superestimadas. Daí os economistas, muitas vezes, sejam conhecidos por seu pessimismo. Mas, os ideais e o entusiasmo coletivos desde que despertados por motivação psicológica, podem realizar coisas aparentemente que impossíveis, pois as tendências seculares de crescimento de um povo também compõem no processo de crescimento, embora essas tendências tenham análise mais difícil que os fenômenos a curto prazo, como deficits orçamentários ou de balanços de pagamento, pleno emprego, desemprego ou desemprego disfarçado.

E assim julgando à luz da história, os fatores econômicos não possuem a significação que lhes é atribuída pelo nosso mundo, orientado sempre mais pelo sentido material, distanciado e insensível aos anseios e aspirações da ordem moral e espiritual, refletidas na alma coletiva dos povos".

Esta observação, eminentes Deputados, foi feita exatamente para sentir ao crivo de um estudioso a imperiosa necessidade de uma maior participação das lideranças, políticas nas decisões dos destinos da Nação e do Estado, notadamente, dos Municípios.

Ora, Srs. Deputados, a Lei 5448, de 4 de junho de 1968 declarou, como de interesses da Segurança Nacional, Municípios em inúmeros Estados da Federação Brasileira.

No Estado do Paraná, os Municípios de Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Guaira, Medianeira, Mal. Cândido Rondon, Pérola do Oeste, Planalto, Santo Antonio do Oeste e São Miguel do Iguaçu.

Posteriormente, pelo Decreto nº 1.170, de 10 de maio de 1971, mais um município paranaense, o de Santa Helena, teve amputada a sua autonomia municipal.

Vieram, agora, as eleições para o Senado da República, para a Assembleia Legislativa e para a Câmara Federal e o povo desses Municípios através de seus cidadãos, participou democraticamente do pleito escolhendo para Senador, escolhendo seus Deputados. Funcionaram nesses Municípios, sem qualquer problema, o Poder Judiciário e o próprio Poder Legislativo, através das Câmaras Municipais. Em alguns desses municípios, como o de Foz do Iguaçu e Guaira, mantém permanentemente gloriosas tradições do Exército Nacional.

Acreditamos, e esta tem sido a linha de conduta do atual poder central e de se facultar ao cidadão brasileiro pelo menos a condição de elegerem seu Prefeito Municipal. Temos certeza de que não mais existe razão e no nosso entendimento nunca existiu, para que esses municípios fossem considerados como de segurança nacional, e acreditamos que esta Assembleia, através dos Senhores Deputados, representantes muitos de V. Exas. daqueles municípios nesta Casa, poderão, através de uma Comissão Especial, oferecer subsídios necessários ao Ministério da Justiça e à própria Presidência da República, informando a estes órgãos que não existe mais razão para se tirar daquele povo o direito de eleger seus prefeitos. Não existe mais razão de considerar esses municípios como de segurança nacional, pois seu povo ordeiro e pacífico não deu mostras nas eleições passadas como não deu mostras em momento algum, secularmente, para esta medida de exceção.

Por este motivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminho à Mesa para deliberação desta Casa, a seguinte Proposição: (Lê)

“Senhor Presidente.

1 — Não se pode negar que a democracia, que é antes de tudo uma crença na natureza humana e um código de comportamento que traduz aquela crença em pensamento e ação, inexistiu quando determinada em termos divisíveis.

Deve-se atender às idéias e ambições de um povo democrático como um todo que contra isso se estabeleça a grandiosidade da demografia de um País.

No dizer de Laun, ao formular esta definição de democracia, podemos entender:

“E o Estado cuja Constituição positiva não repousa sobre direitos supra positivos impostos dogmaticamente, que possuíssem pessoa ou grupo de pessoas as quais se atribuisse a competência de soberania ou uma parte dessa competência.

Ainda:

“O Estado não democrático, o Estado de dominação ou estado de privilégios, seja monarquia absoluta ou limitada, uma aristocracia, um Estado bolchevista ou fascista, ou seja qual for a sua forma é pois caracterizado por direitos supra positivos.

Em consequência, “por força de um artigo de fé, uns têm direito de reinar ou de participar de denominação, a outros ficam só reduzidos ao papel da obediência”.

Ora, “a democracia é o oposto de todos esses regimes”.

2 — A Constituição da República, art. 15, II, letra b, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, diz que os PREFEITOS dos municípios declarados de interesse para a segurança nacional por lei da iniciativa do Poder Executivo, serão nomeados pelo Governador do Estado, com com prévia autorização do Presidente da República. A lei maior, ao firmar

a competência do Conselho de Segurança Nacional, dispõe que a lei indicará os municípios de interesse nacional e a esta indispensáveis. (artigo 89 § único).

3 — Há, assim, por conseguinte, necessidade de que esta Assembleia Legislativa através da Comissão Especial, cuja constituição ora requer, (de acordo com o Artigo 34 da Resolução 11/60 deste Poder, composta de 5 membros), examina todos os pressupostos que informam o conceito de Segurança Nacional.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é este o Requerimento que encaminhamos para deliberação, na certeza de que os Srs. Deputados do MDB e da ARENA, através de pronunciamentos já efetuados nesta Casa, estão plenamente convencidos que é um momento de se dizer um “basta” à tecnocracia àquels que pretendem dirigir os destinos do nosso povo, tendo por base apenas dados simples, frios e quantitativos, esquecendo o aspecto principal que é a situação social e política e da nossa gente. Não poderia deixar de prestar, desta Tribuna, uma homenagem ao Deputado Estadual Romiro Bolsan, do MDB do Rio Grande do Sul, com quem mantivemos cordial entendimento a respeito deste assunto, que foi levantado por S. Exa. no seu Estado, onde 25 municípios são considerados como de interesse nacional.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa, permite um aparte? (Assentimento).

O Deputado Maurício Fruet, com muita felicidade aborda um tema que me diz de perto, por ser nesta Casa, representante de alguns municípios considerados de segurança nacional.

Quero cumprimentar o nobre companheiro, dizendo mais, que não só os clubes de serviços, a Justiça, as Unidades de Exército e da Polícia, enfim, tudo que é normal em outros Municípios, a exceção do Prefeito, continua a existir nestas comunas.

Apenas, Sr. Deputado, queria acrescentar mais.

Castrados politicamente como estão aqueles cidadãos, não podendo escolher o seu Prefeito, a Lei esquece de uma coisa, já que não considerados incapazes de manter a segurança nacional, não podem eleger os seus prefeitos, esqueceu a Lei de dizer também que eles não deveriam pagar impostos, e não deveriam, aos dezito anos, serem convocados para servirem o Exército, a Marinha e a Aeronáutica.

São cidadãos iguais a nós, nos seus deveres, mas não são iguais nos seus direitos. Por isso, nobre Deputado, eu que represento nesta Casa alguns daqueles municípios, e que encetei há pouco tempo uma campanha política naquele município, fiquei a indagar as razões porque de, nos municípios do extremo Sudoeste do Paraná, têm prefeitos nomeados, que lá só foram para assumir seus cargos sem prévio conhecimento daquele povo:

E lá mesmo, em experiências em municípios vizinhos, com nomeação de prefeitos que haviam sido eleitos anteriormente pelo povo, por voto direto, constatamos administrações mais felizes.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Del Ciel).

Constatamos que foram para lá sem querer saber, a não ser pelo mapa, onde ficava a cidade. Vimos prefeitos que se dedicaram de corpo e

alma à campanha política do Governo. Estavam fazendo segurança nacional ou segurança do Partido do Governo?

Era o aparte felicitando V. Exa. pela oportunidade do pronunciamento.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço o brilhante aparte do Deputado

Deni Schwartz. Esta pergunta que V. Exa. faz para si, nós também fazemos porque só se pode admitir a permanência deste estado de coisas, a vigência desta lei de exceção se for para atender outros objetivos que não os de segurança nacional. Não há de forma alguma e ninguém pode afirmar que haja, qualquer problema relacionado com segurança nos municípios arrolados.

É o momento de se revogar esta lei que tirou do povo o direito de escolher seus representantes.

O Sr. Nilso Sguarezzi — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Queria, em complementação ao aparte do Deputado Deni Schwartz lembrar a V. Exa. que a indicação de Prefeitos nesta área de segurança vem fugindo a um critério estabelecido, inclusive da Legislação eleitoral que prevê para qualquer cidadão brasileiro a exigência do domicílio eleitoral. É uma regra de bom senso porque se presume que o Prefeito seja

integrado em sua comunidade, conhecedor dos problemas do povo da região. Nem este critério vem sendo observado.

Cito o caso de Capanema, em que o Prefeito é de Cornélio Procopio. E vai tão longe o desrespeito deste critério que este Prefeito não chegou a se integrar nem na Região, muito menos no município, porque não comparecia nem às reuniões dos municípios do Sudoeste, mostrando inclusive desprezo aos colegas que reiteradamente o convidavam a comparecer às reuniões dos prefeitos da Região. A propositura de V. Exa. acredito vem em momento oportuno, porque nós, como bem frisou V. Exa. nos preocupamos com estes problemas que é de uma parcela ponderável de paranaenses que estão marginalizados. São lembrados pelo Governo do Estado e da Federação, como disse o Deputado Deni Schwartz, para pagar impostos.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte do Deputado Nilso Sguarezzi.

O SR. WALTER PIETRANGELO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Realmente a administração municipal representa um papel dos mais importantes. A escolha de um administrador desvinculado da comunidade, a escolha que se processe sem o beneplácito popular, sem o magnetismo, sem o entusiasmo, sem o apoio, sem o aplauso do povo só pode trazer insegurança. O mais promissor trabalho, o julgamento mais perfeito de um Tribunal regular e, fora de dúvida, o julgamento do povo. A revogação deste estado de coisas que V. Exa. propõe é evidentemente muito importante. Congratulo-me com a proposição de V. Exa. nesta Tribuna. (Reassume a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio).

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte do nobre Deputado Walter Pietrangelo.

O Sr. Aragão Mattos Leão — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, estamos ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exa., bem como os apertes formulados pelos nobres Deputados do MDB. De maneira alguma, desejo entrar no mérito da tese de hoje abordada por V. Exa., nesta Casa. Apenas desejaria fazer uma observação que achamos de vital importância: o nobre deputado Deni Schwartz, em seu brilhante aparte, levantou uma dúvida que, aos Deputados da ARENA não poderia passar despercebida. Temos conhecimento que o desempenho de um ou outro Prefeito não depende de sua nomeação ou eleição, mas sim da sua capacidade de condições pessoais que reúnam para exercer aquela função. Porque, é também do nosso conhecimento que muitos Prefeitos eleitos pelo povo, principalmente alguns de nossa Região, Prefeitos do MDB, fazem uma péssima administração municipal.

De forma que, nobre Deputado Deni Schwartz, não achamos que o Prefeito de uma cidade que é considerada de segurança nacional, poderia, com uma má administração municipal, fazer com que essa má administração repercutisse mal para o Partido do Governo. Porque, nem seria do interesse do Governo um mau prefeito. Isso seria improdutivo.

Era esta a afirmação que queria fazer a V. Exa. sem querer entrar no mérito da tese abordada.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sabedores que somos do seu elevado espírito democrático e das lutas políticas em sua Região, e temos certeza que nem poderia ser outro o pensamento de V. Exa. com relação a necessidade de autonomia dos nosso onze municípios considerados de segurança nacional.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O nobre Deputado Aragão nos contestou quanto a uma tese de que também Prefeitos eleitos pelo voto direto, podem efetuar má administração. Indiscutivelmente, isto é uma realidade, mas acontece que esses novos administradores, 4 anos depois do início de seu mandato, recebem o justo preço pela sua má administração. O Deputado Aragão, talvez por eu ter me expressado mal, não entendeu que eu mesmo fiz uma ressalva entre os inúmeros prefeitos nomeados na nossa área de segurança, alguns antigos prefeitos eleitos pelo povo e que nomeados após término de seus mandatos se sobressaíram, demonstrando que o povo foi sábio quando os escolheram anteriormente e por isso até hoje são homens que têm colégio eleitoral quando se sujeitam a eleições diretas. O Deputado Aragão falou que alguns Prefeitos eleitos diretamente, Prefeitos do MDB, fizeram má administração. Mas não nos parece que as urnas de 15 de novembro do ano passado tenham castigado esses Prefeitos, porque os homens que eles

apresentaram a apreciação do eleitorado de seus municípios, estão hoje sentados nesta Casa.

O nobre Deputado Aragão referiu-se que alguns elementos que tinham sido nomeados possam fazer má administração, mas o que trouxemos à esta Casa, foi a nossa preocupação de que elementos que desconhecem completamente a uma Região, são nomeados Prefeitos e ocorrem, então, casos absurdos, como está acontecendo em Planalto, e Capanema, onde dois homens sem convivência naquela área, foram para lá levados e passaram a cobrar uma taxa para que o contribuinte pudesse falar com eles, através de Requerimento. Coisa que talvez seja válida em outras áreas, mas que na nossa região não é. Isso foi usado na campanha política em Capanema e notem bem os Senhores, um dos prefeitos conseguiu somente cerca de 140 votos para seu candidato, que ficou em 5º ou 6º lugar, enquanto os demais candidatos que não eram apoiados por ele, venceram, e entre eles, o nobre Deputado Ivo Thomazoni. O povo deu a ele cobrança 5 ou 8 cruzeiros para permitir que seus municípios falassem com ele. Talvez na cidade de onde veio, fosse uma boa norma, mas para aquele povo, ele cometeu o que todos acharam, uma arbitrariedade.

É isso, nobre Deputado, que eu tentei dizer nesta Casa e que o Deputado Aragão não me compreendeu, que o povo da fronteira, dessa área de segurança e tão brasileiro quanto qualquer outro, ou talvez mais, porque sofrem às vezes por morarem na fronteira, por verem suas casas invadidas, porque lá realmente a vida é perigosa, lá realmente a polícia e o Exército muitas vezes são impotentes para segurarem a verdadeira mafia de contrabandistas e malfeitores que procuram as fronteiras para lá, pulando apenas um rio, se protegerem da justiça de um ou de outro País. Lá a vida é difícil. Por isto os considero mais brasileiros que nós e por isto capazes de eleger aquele homem entre eles que saiba ser seu Prefeito.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte do nobre Deputado Deni Schwartz.

Entretanto, tenho certeza que esta Casa acolherá o Requerimento. O objetivo é o de fornecer melhores subsídios às autoridades federais solicitando, em nome do povo, a alteração da vigência desta Lei e deste Decreto que dá ao povo o direito de eleger o Prefeito Municipal.

Também tenho certeza, que, mais dia menos dia, será estendido este imenso direito ao povo das Capitais dos Estados onde seu povo em razão da maior concentração urbana, pelas facilidades maiores de comunicação e, também, por vivermos hoje na era em que os cidadãos deixam de ser assistentes passivos da história para participar de todos os seus acontecimentos, tenho certeza absoluta que este direito será estendido ao povo das Capitais brasileiras.

O Sr. Dácio Leonel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Acabamos de ouvir o aparte do Deputado Deni Schwartz, que deu a V. Exa. A nossa Bancada acusou estranheza o aparte do ilustre Deputado, porque foi feita uma verdadeira denúncia na Tribuna desta Casa, no que diz respeito a que determinados Prefeitos da Área de Segurança cobram taxas para serem ouvidos. Entendo que é uma denúncia grave e, como já fiz em outras ocasiões, faço um apelo ao Sr. Deputado, que, se possível, encaminhe a esta Casa o nome desses Prefeitos que agem desta forma. Parece-me que é um assunto de muita indagação e de responsabilidade que merece a posição de todos nós os Deputados desta Assembléia Legislativa.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O eminente Deputado Dácio Leonel não deve ter ouvido bem este Deputado. Citamos os Prefeitos de Planalto e Capanema, Municípios da Área de Segurança Nacional. Entretanto, não levantamos dúvidas contra a honorabilidade desses Prefeitos. Dissemos, apenas, que levaram para aquelas regiões hábitos que não são de lá, hábitos que são de outras áreas, e que não tiveram boa receptividade. Falamos que se tratava de uma taxa de expediente porque lá é costume dos Prefeitos manterem suas portas quase abertas. Aqui temos um eminente ex-Prefeito daquela Região, que é o Líder do Governo e que graças ao seu trabalho dinâmico, graças ao trabalho feito à frente da Prefeitura de Pato Branco, se constituiu hoje numa verdadeira liderança daquela Região. Isto eles também testemunharam, que lá não é hábito se cobrar taxa para poder falar com o Prefeito Municipal; realmente há uma taxa de protocolo, mas, para que haja esse protocolo, há que haver Requerimento e nós achamos absurdo o colono, muitas vezes ou quase sempre sempre analfabeto, ter que redigir um Requerimento para reclamar a sua escola ou trazer ao conhecimento das autoridades de que

uma determinada ponte está intransitável.

Nós lá do Sudoeste, não costumamos cobrar taxa para obtenção de audiência.

(Reassume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte do nobre Deputado Deni Schwartz, e encaminho à Mesa, Requerimento cujo conteúdo tive-
mos ocasião de focalizar a V. Exas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Questão de ordem).

Peço vênia à egrégia Mesa, e solicito que se mande tomar providências no sentido de colocar a bom termo este barulho estranho que está aqui ao meu lado, eis que não é possível que uma Assembléia Legislativa esteja funcionando com sons estranhos aos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica o nobre Deputado, que já mandou providenciar a respeito. Comunica também ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, que ainda restam 10 minutos para o término do Grande Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, declino da inscrição formulada, para que não se atrapalhe o Grande Expediente.

Esta Presidência tem a honra de registrar a presença, neste Plenário, do Sr. João Prestes Taques, digno Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 117/73, de autoria do Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Faculdade de Veterinária, na sede do Município de Castro e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.L.P. — Apoiado.

PROJETO DE LEI Nº 117/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

ARTIGO 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma FACULDADE DE VETERINÁRIA, com sede e foro na cidade e Município de Castro, neste Estado.

ARTIGO 2º — A FACULDADE DE VETERINÁRIA referida no artigo anterior deverá fazer parte integrante da Universidade Estadual de Ponta Grossa, neste Estado.

ARTIGO 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 31 de maio de 1973.

a) JOÃO C. FADEL

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo promover condições concretas de aproveitamento de todas as potencialidades da pecuária da Região de Castro que se constitui bacia leiteira de preeminência, inclusive para o abastecimento diário da população de Curitiba, Pr.

Com efeito, no Município de Castro estão localizadas algumas das mais importantes cooperativas de laticínios do Paraná, principalmente aquela decorrente do acordo Brasil-Holanda que mantém plantel de alta linhagem e contribui decisivamente para elevação do nível zootécnico do rebanho bovino no Paraná.

Entretanto, até o presente momento não houve uma conscientiza-

ção por parte do poder público para impulsionar a vocação da região pela pecuária através de curso de grau superior que possibilite aos jovens que se dedicam à atividade um conhecimento científico de suas finalidades e a aplicação, na prática, dos modernos métodos de sanitarismo animal para aumento de produtividades dos plantéis.

Por outro lado, vale ainda salientar-se que o Município de Castro juntamente com seus Distritos conta com uma população global de 37.995 habitantes; apresenta uma sólida infra-estrutura educacional constituída de colégios e cursos técnicos de nível médio e dispõe de todas as demais condições normalmente desejáveis para instalação de um curso de nível superior e, no caso específico da FACULDADE DE VETERINÁRIA pretendida pelo presente Projeto de Lei, a pré-existência, já, de um "campus" universitário e que poderá ser concretizado através de acordo ou convênio entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Cooperativa Agrícola de Carambeí.

Note-se ainda, que o Projeto de Lei ora apresentado prevê que a FACULDADE DE VETERINÁRIA deverá integrar a estrutura da Universidade Estadual de Ponta Grossa e, por isso, não haverá impedimento maior para concretização de sua criação, pois, inclusive, o próprio Conselho Federal de Educação tem entendimento de que as universidades regionais, devem sempre que possível diversificar a implantação de suas faculdades tendo como critério para localização dos Institutos às exigências geo-educacionais de cada setor aliadas às condições de exequidade de manutenção de cada unidade.

Isto posto, vê-se militarem em favor do presente Projeto de Lei todas aquelas pré-condições, pois a cidade de Castro, com a criação de uma FACULDADE DE VETERINÁRIA, terá os meios naturais de desenvolvimento de sua pecuária; sua situação geográfica situa-a como influente da região geo-econômica formada por Pirai do Sul, Telêmaco Borba e Tibagi, com um total de 72.894 habitantes; e a sua economia sólida e em expansão somada ao alto espírito comunitário dos seus moradores dão-nos base para a viabilidade econômica da implantação daquela unidade superior de ensino.

Certamente, o egrégio Conselho Estadual de Educação ao pronunciar-se no mérito deste Projeto de Lei saberá suprir com dados técnicos a argumentação correlata esta justificativa que, justamente por sua condição de rápida explanação do assunto não esgotou a matéria dando ensejo, apenas, ao início de seu estudo.

Os nobres Deputados entenderão que a aprovação deste Projeto de Lei virá beneficiar ponderável parcela da população de nosso Estado, e, assim, tenho por certo que darão ao mesmo o honroso e indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 117/73

Autor: Dep. JOÃO C. FADEL

Assinado pelo ilustre Deputado JOÃO C. FADEL, o Projeto de Lei ora em exame, autoriza o Poder Executivo a criar uma Faculdade de Veterinária com sede na cidade de Castro.

A longa justificação que acompanha o Projeto me convence de sua oportunidade, e como se trata de autorização legislativa, do ponto de vista constitucional, está o mesmo em condições de ser aprovado.

É o parecer.

Sub-censura.

Sala das Comissões, em 14 de novembro de 1973.

a) ANTONIO FRANCO — Presidente

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 117/73

1 — De autoria do nobre Deputado João Galil Fadel, visa o presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo a criar uma faculdade de Veterinária com sede na cidade de Castro.

2 — Esta proposição já mereceu parecer favorável da dita Comissão de Constituição e Justiça.

3 - A medida se nos afigura de justiça, dadas as razões apresentadas pelo seu ilustre autor, já justificação da mesma, pois com a criação da referida Faculdade, se atenderá não só uma expressiva população do Município de Castro e municípios circunvizinhos, em idade escolar, como também, virá ao encontro no que dispõe a legislação de Diretrizes e Bases da Educação.

I - Face ao exposto, opinamos pela sua APROVAÇÃO.
É o parecer.

Salas das Comissões, em 26 de novembro de 1973.

a) QUIELSE CRISOSTOMO - Presidente

a) GILBERTO CARVALHO - Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 117/73

Autor: Dep. JOÃO C. FADEL

I - O presente plano de lei já mereceu a aprovação nas Comissões de Justiça e Finanças.

II - A iniciativa do autor é das mais oportunas, por este motivo o nosso parecer é FAVORÁVEL.

a) ANTONIO LOPES JUNIOR - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edison Schatz, ocorrido em Parana-guá. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Resolução nºs 15/74, 16/74 e 24/74. - Em discussão.

O SR. ENEAS FARIA - Sr. Presidente, solicitaria que V. Exa. lesse a súmula dos Projetos 15/74, 16/74 e 24/74 a que se refere o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Lê a súmula dos três Projetos).

Em votação o Requerimento. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne determinar o reinício das obras de duplicação da pista da Rodovia 369, Londrina-Cambé. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, bem como ao Sr. Governador do Estado, visando a duplicação da Rodovia 369, no trecho Ibiaporã-Londrina, assim como a construção do trevo no ponto de encontro das duas rodovias. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando a inserção nos Anais da Casa, o Editorial do jornal a "Gazeta do Povo", edição de hoje, sobre a problemática de Itaipú. Aprovado. (O Editorial a ser transcrito, acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Gerente Geral da Caixa Econômica Federal do Paraná, objetivando a instalação de uma Agência no Município de Cândido Rondon. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Governador do Estado, para implantação de telefones de emergência na Rodovia BR-277. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, sobre taxas escolares. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Sanepar, dando conhecimento que, embora seja o Departamento de Serviços de

Santo Antonio da Platina, um dos mais bem instalados, tem prestados péssimos serviços ao público contribuinte. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, o Editorial "Incoerência Política", publicado no jornal "Folha de Londrina". Aprovado. (O Editorial a ser transcrito, acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Educação e Cultura sobre diversas considerações. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, bem como ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja providenciado, os serviços necessários à BR-280. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del-Ciel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja procedidos reparos em prédios escolares, de Londrina. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egôn Pudell, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Banco Central para que sejam expedidas cartas patentes aos bancos interessados a fim de abrirem agências em diversas localidades. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, visando a adoção livros-textos nas séries do 1º grau e de 2º grau em cada quadriênio governamental. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da nota sob o título "Colméia e de Santa Catarina", publicada no jornal "O Estado do Paraná" edição do dia 19 de março em curso. - Aprovado. (A nota a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Muggiati Filho, líderes da Arena e M.D.B., respectivamente, constante do Expediente, solicitando sejam suspensas as Sessões Plenárias de segunda-feira até quarta-feira próximas, reduzindo-se as atividades da Casa aos trabalhos de expedientes e das Comissões. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, visando providências sobre a situação do trigo. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, lido da Tribuna, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta de cinco Srs. Deputados, com o objetivo de examinar todos os pressupostos que informam o conceito de segurança nacional, a fim de que possam ser realizadas eleições diretas nos Municípios do Paraná considerados de segurança nacional. - Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Fica adiada a discussão para a Sessão de amanhã, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/73;

ficando marcada ainda, uma Sessão para sexta-feira, dia 21, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 19/74.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DE SR. DEPUTADO GABRIEL SAMPAIO, EM SESSÃO REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1975.

ENERGIA DE ITAIPU QUE NÃO TEREMOS

Vozes novas de parlamentares do Paraná, em debates com calor e sentimento paranaense, aspectos de um tema sobre o qual "Gazeta do Povo" há muito vem editorializando: Itaipu.

Gostamos do que houve no plenário do "19 de Dezembro". O parlamento de nosso Estado engrandece-se na medida em que grandes causas ficam em relevo, no entrecruzar livre de opiniões com teses sofrendo o conflito de antíteses, para que se busque, na síntese, os pontos de verdade, para que sejam eleitos como linhas de paradigma para uma ação.

O tema de Itaipu é, realmente, apaixonante e constitui-se, ao nosso ver, num veio de ouro, que não se pode esgotar em apenas um só e exclusivo entrecruzar de idéias.

Se a Natureza nos deu, no Rio Paraná, condições para que se fizesse, através de uma ação política internacional, a solução de uma empresa binacional que constituiria Itaipu, não é menos verdade que paranaenses não se uniram, no plano dos bastidores da alta política energética brasileira, para marcar um posicionamento que está resultando, agora, na criação de um grande muro de lamentações na Assembléia. As vozes que se fizeram ouvir no Legislativo pareceram-nos carpidinhas, na indústria das lamentações sobre o cadáver de uma situação com todos os fôros de irreversível. Itaipu gerou energia para um consumo fora do Paraná, malgrado seja criada pelos braços principalmente dos paranaenses, que serão retirados da lavoura do oeste, que é o novo e grande celeiro de produtos agrícolas do nosso Estado.

Há tempos que "Gazeta do Povo" tem insistido em que a desunião, a falta de debates, a carência do oxigênio das idéias em conflito têm feito um silêncio de cemitério sobre grandes problemas de nossa terra comum.

Não temos presença de liderança na binacional de Itaipu. Quando muito, um exército muito chinfin, em Curitiba e o canteiro de obras, que, inevitavelmente, teria que ser construído na fronteira do Paraná com o Paraguai.

Se é bem verdade que não teremos a energia de Itaipu, que é vitalmente necessária para o maior parque industrial da América Latina (São Paulo), em contrapartida iremos ter o que este jornal cunhou numa expressão já corrente: "o ciclo de Itaipu", ao nosso ver benéfico, pelas vantagens indiretas que trará aos paranaenses. Em julho — apenas para usar do recurso de um pequeno e eloquente exemplo — deverão iniciar-se as obras da ferrovia entre Guarapuava-Casavelt-Foz do Iguaçu, além da certeza de uma injeção financeira de volumosos recursos de dinheiros para as bases desse que é o maior empreendimento energético do mundo e que serão localizados na área de Foz do Iguaçu.

Mas, se não tivermos — como parece que estamos tendo — vozes se levantando, com autoridade, no recinto do Legislativo paranaense e em outras áreas, na linha de reivindicações em redor do Itaipu, continuaremos sendo província política, sem grandeza e nem verticalidades, vivendo sem olhos para os futuros e nem posições coerentes de defesa dos melhores caminhos que desejamos para a terra e o povo que somos.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DÁCIO LEONEL, EM SESSÃO REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1975.

Londrina - quarta-feira 19/3/75 - pág. 2

EDITORIAL

INCOERÊNCIA POLÍTICA

Em nome de um princípio político contrário às eleições indiretas, o MDB paranaense decidiu fechar questão em torno da indicação do futuro prefeito de Curitiba, abstendo-se de votar. Vezes sem conta, desde que se restabeleceu em vários níveis, o princípio da eleição indireta, o MDB, tem feito manifestações contrárias a esse instituto, negando-se em algumas oportunidades, a votar. Trata-se de posição respeitável sem dúvida, e merecedora de apreço e consideração, não houvesse um senão: na Guanabara, quando houve eleições indiretas para o Governo do Estado, e onde o MDB era majoritário, o partido aceitou as regras, elegendo o governador.

Também é recomendada a posição do MDB em relação à sub-legendas, instituição realmente discutível dentro do sistema político nacional. O MDB várias vezes, manifestou-se contra o sistema, apresentando suas

falhas, o maior das quais, a de desvirtuar o sentido das eleições majoritárias. De fato, com a sub-legendas, muitas vezes o candidato mais votado a um cargo eletivo: não é o eleito; perde para outro, menos votado, mas beneficiando pela soma dos votos da legenda. A sub-legendas é criticável, mas é preciso recordar que o MDB já se beneficiou dela, em Londrina inclusive no último pleito para a Prefeitura.

Em ambos os fatos sobressai a incoerência política que é percebida facilmente pelo eleitor. Porque se uma coisa é errada, na base, não se tornará certa em razão do interesse imediato. E a coerência nas posições é reclamada principalmente na vida pública. Carvalho Pinto, ex-senador por São Paulo, que pertencia à Arena, manifestou-se sempre contra o sistema indireto. E, coerente com esta posição, jamais aceitou a indicação para concorrer a um pleito desse naipe. Derrotado para o Senado, em pleito direto e sem sub-legendas, manteve-se fiel a um postulado que defendia.

Certo que o MDB pode participar de eleições indiretas. Do mesmo modo como tem todo o direito de utilizar as sub-legendas, quando perceber que isto o beneficiará. Está usando institutos legais e em vigor. O que se exige, porém, é que haja coerência, que represente a linha divisória entre política e politicagem. A posição do MDB contra o sistema indireto é genuína e válida. Da mesma forma a postura em relação à sub-legendas. Mas tem o partido falhado quando aceita tais institutos, em benefício próprio, inclusive porque isto tira à legenda a força que teria para combatê-los especialmente no caso das sub-legendas, que constituem verdadeira alienação política, um câncer que solapa a unidade dos partidos. Este oportunismo político de só aceitar coisas que são consideradas erradas e perniciosas, quando podem ser benéficas, acaba por solapar teses preciosas e só serve para confundir ainda mais o eleitorado. O MDB, que conseguiu um expressivo resultado eleitoral a 15 de novembro, e que tem agora bem mais amplas condições de participação no âmbito legislativo, precisa cuidar, mais ainda agora, de tais aspectos, para evitar que teses políticas importantes sejam conspurcadas por atos que contradizem toda a doutrinação partidária.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ERNESTO GNOATO, EM SESSÃO REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1975.

A COLMÊIA É DE SANTA CATARINA

O Sindicato das Empresas de Radiodifusão no Estado do Paraná enviou ontem nota oficial a todos os órgãos de imprensa da Capital esclarecendo que houve equívoco na notícia procedente de Brasília que dava conta de que a Rádio Colméia estava localizada na cidade de União da Vitória. Segundo o Sindicato, "Após ser feita sindicância, a bem da verdade, a nossa associada Rádio União Ltda., que também irradiava naquela partida, não tomou parte conforme foi divulgado por engano nos lamentáveis acontecimentos. Segundo informações que pudemos obter através do representante da Federação Paranaense de Futebol, a serviço no estádio, o locutor da Rádio União procurou aconselhar de toda a forma o povo para que não participasse da agressão para evitar consequências à cidade".

PORTARIA Nº 95/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1304/75, de 25 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLUIÇÃO

revogar o item II, da Portaria nº 83/74, de 29 de março de 1974, que designou ERNESTO PERACETTA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ocupante do cargo de nível PL-19, da Carreira de Oficial de Serviços Gerais, para exercer as funções de Motorista do Gabinete da Liderança do M.D.B., a partir de 19 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral